»Entrevista | **ÉDEN VALADARES** | SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO DO PARTIDO

PT é contra reduzir maioridade

Dirigente diz que, a despeito da posição de Lula, a legenda não aprova diminuir a idade penal. Ele comenta os desafios do quarto mandato do petista

» LUIZ FELIPE
» RAPHAELA PEIXOTO
» MARIA BEATRIZ GIUSTI

Carlos Vieira/CB/D.A Press



A vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições ficou marcada pela estratégia da campanha no segundo turno. Em entrevista ao **Correio**, *Éden Valadares, secretário nacional de Comunicação do PT, afirmou que, após o revés no turno inicial, a primeira medida foi "abrir a campanha", com a participação, inclusive, de jovens parlamentares eleitos, "uma geração que entende a disputa digital" . Ele também destacou a força do "Exército de Lula", comunidade no WhatsApp comandada pelo deputado federal André Janones (Rede-MG). Valadares ainda comentou sobre desafios do governo Lula 4 e a proposta de redução da maioridade penal, em análise no Congresso. Segundo ele, o PT não mudou de posição sobre o assunto: o partido continua contrário à redução. A seguir, principais trechos da entrevista.*

Que balanço os dirigentes do PT fazem da eleição?

Foi uma eleição histórica, e o balanço ainda é inicial. Começamos agora a fazer essa avaliação a partir da reunião da executiva, e teremos uma reunião do diretório no dia 13. Contudo, é claro que o balanço é positivo pela reeleição do presidente Lula, garantindo o quarto mandato da maior liderança popular da história do nosso país. Ele já tinha seu nome marcado na história política do país, mas, com essa quarta vitória e o quarto mandato, ganha uma dimensão eterna. Dificilmente conseguiremos repetir alguém que cumpra quatro mandatos na Presidência. Ainda mais se tratando de um trabalhador nordestino e retirante, com a trajetória de vida que ele possui. Lula hoje é a principal referência do campo democrático global.

E o que foi negativo?

Temos um processo de autocrítica a ser feito sobre os erros cometidos, pois uma campanha num país com a dimensão do Brasil enfrenta grandes desafios. Há aprendizados para a direção do PT, para as direções estaduais, para o próprio candidato e para o núcleo da campanha. Então, respondendo diretamente, o balanço é positivo. Como Lula é a referência do campo democrático popular no mundo, quem valoriza a democracia, a paz e um mundo multipolar e multicultural estava torcendo e acompanhando as eleições no Brasil. Por isso, o "faz o L" ecoou desde a Nova Zelândia e o Japão até as eleições americanas.

Vimos a participação de Lula nas redes por meio de vídeos selfies. Quais outras estratégias o senhor aponta?

Foi uma campanha diferente para nós, porque Lula tinha uma agenda de presidente muito demandada. Estávamos vivendo um cenário de tarifas do governo americano, e o enfrentamento à extrema-direita, que não é um adversário qualquer. Não se trata da polarização tradicional de anos anteriores. A principal vítima dessa radicalização ou polarização extremista não foi o PT ou a esquerda, mas a própria direita tradicional no Brasil, que viu o PSDB, o MDB e o PSD diminuírem. Tratava-se de uma eleição diferente, na qual enfrentamos um processo comprovado de intromissão nas eleições. Quando o presidente Lula fala que essa foi a eleição mais bagunçada, isso se refere aos aprendizados que precisamos tirar: tivemos problemas com material, nas redes sociais, na agenda e na incapacidade de levar o presidente a todos os estados que gostaríamos, embora tivéssemos palanques em todas as unidades da Federação.

Como avalia essas dificuldades?

O saldo não é inteiramente negativo. O enfrentamento nas redes não permitiu que uma grande onda de fake news parasse ou pautasse o Brasil. Todas as tentativas da extrema-direita de pautar o país com mentiras foram contidas de forma preventiva ou rápida, e, por diversas vezes, fomos nós que pautamos o debate digital. Como o intervalo do segundo turno é de apenas três semanas, é preciso "trocar o pneu da bicicleta com ela em movimento". A primeira medida foi abrir a campanha. Criamos uma sala no núcleo de campanha para os jovens parlamentares. O PT elegeu 18 parlamentares com menos de 45 anos, uma geração que nasceu nas redes sociais, entende a disputa digital. Convidamos o governador Jerônimo Rodrigues, o senador Rui Costa, o ministro Camilo Santana e o governador Rafael Fonteles — lideranças que representam o sucesso eleitoral e a renovação do PT no Nordeste. Em dois dias, tínhamos uma nova conformação na coordenação da campanha e estávamos nas ruas.

Houve uma estratégia específica para alcançar o eleitor do Sudeste?

Houve, sim. Não haver disputa de segundo turno para o governo nesses estados não foi um problema. Mantivemos os comitês abertos e solicitamos que os candidatos continuassem mobilizados nas ruas. Desenvolvemos uma comunicação digital específica para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde não havia segundo turno local, mas existia margem para o crescimento de Lula. Fizemos investimentos dedicados de material humano e de impulsionamento nas redes digitais. Além disso, estruturamos um calendário de atos de rua. Quando os estudantes tomam as ruas em defesa da democracia, da soberania e das conquistas sociais, o papel de um partido dirigente é apoiar o movimento com humildade, sem tentar usurpar a vanguarda ou a liderança, pois o protagonismo deve ser do povo. A agenda do presidente Lula no segundo turno focou intensamente nesses três estados. Mapeamos que parte do eleitorado que votou em Lula em 2006, 2010 e Dilma em 2014 havia se afastado em 2018, mas não apresentava um antilulismo irredutível. Essa frustração levava mais ao abstencionismo do que ao voto no adversário. Por isso, realizamos uma campanha forte para reduzir a abstenção, incentivando o comparecimento às urnas, o que se provou uma estratégia altamente acertada.

Quais lições serão levadas para o pleito municipal em relação às big techs e a campanhas?

A intromissão das plataformas e big techs no processo eleitoral é a ponta de um debate muito maior promovido pelo governo Lula sobre soberania digital versus colonialismo digital. O Brasil não pode ficar dependente da infraestrutura comunicacional de multinacionais estrangeiras que colocam o lucro ou seus interesses políticos acima da Constituição e dos interesses nacionais. Em bom português, as big techs não podem interferir no rumo das eleições brasileiras nem no país como um todo. Hoje, há uma concentração de poder e riqueza nessas plataformas maior do que a acumulada pelos bancos no século passado. E não me refiro apenas às redes sociais, mas a empresas como Meta, Amazon e Google. Nós ganhamos na Justiça e fizemos uma denúncia internacional referente à atuação na eleição.

> **O maior legado das eleições brasileiras de 2022 e 2026 para o mundo é a demonstração de que é possível derrotar a extrema-direita e o fascismo por meio da participação popular, do voto e da democracia"**

Qual é posição do PT sobre redução da maioridade penal?

A posição do PT permanece a mesma: contrária à redução da maioridade penal. Respeitamos a declaração do presidente Lula durante a campanha, esclarecida por ele como uma opinião pessoal, enquanto cidadão e não como diretriz institucional. No dia 13, teremos uma reunião do diretório para debater a questão, mas posições congressuais do partido exigem acúmulo e tempo. Nenhuma das 20 maiores nações do mundo que reduziram a maioridade penal obteve redução nos índices de criminalidade; não há comprovação científica dessa associação. O Congresso acerta ao exigir um debate aprofundado, que não deve ser guiado por dogmas nem pelo afogadilho eleitoral. Crimes graves cometidos por adolescentes de 16 a 18 anos correspondem a uma parcela mínima dos índices de violência. O debate sobre a organização da nação precisa fundamentar-se na racionalidade, na ciência e no estudo de dados.

Como a participação dos novos e jovens parlamentares eleitos pelo PT pode contribuir para a governabilidade do Lula 4?

As coisas nunca foram fáceis para o PT, que sempre governou sem ter maioria automática no Congresso. No presidencialismo de coalizão brasileiro, a formação de maiorias exige articulação e capacidade política. Herdamos do governo anterior uma distorção institucional entre os Poderes, fruto da delegação da articulação política a lideranças do Congresso. Apesar de governar em condição de minoria no terceiro mandato, o presidente Lula aprovou matérias centrais, como o Gás do Povo, o Desenrola, a reforma tributária e a PEC da Segurança Pública. E também a PEC do fim da escala 6x1. Isso exigirá do presidente Lula sua reconhecida habilidade política. No entanto, precisamos construir um novo tipo de governabilidade.

Qual tipo?

O desgaste dos governos incumbentes no mundo decorre de limitações da democracia representativa frente ao neoliberalismo, que reduziu o investimento em saúde, educação e seguridade social para priorizar o superavit primário. A lógica do teto de gastos de Michel Temer exemplificou esse estrangulamento das políticas sociais a favor do mercado financeiro. A extrema-direita tenta capturar a frustração da população com discursos autoritários, mas a resposta às crises da democracia deve ser mais democracia. A nova governabilidade exige que o Estado esteja preparado para ouvir o cidadão e dialogar com suas demandas cotidianas. Hoje, os cidadãos avaliam serviços de transporte e aplicativos com facilidade, enquanto os serviços públicos essenciais ainda carecem desse nível de interação e resposta direta. O governo Lula 4.0 precisa incorporar a mobilização digital e o diálogo constante com a sociedade como parte da governabilidade e da gestão pública.

Essa mobilização pode ser replicada em outros países?

Uma vitória eleitoral decorre de múltiplos fatores. O "Exército do Lula" e a atuação de Janones tornaram-se símbolos ao dar unidade de ação ao campo da esquerda nas redes. O presidente Lula acompanhou a evolução da comunicação política ao longo das décadas — do rádio e do panfleto à TV e, agora, ao formato vertical no celular. A principal lição é a necessidade de atualizar as linguagens, promover a unidade de ação no ambiente digital e manter uma interação constante com a sociedade, politizando e conectando as entregas de governo com o sentimento da população. Estamos compartilhando a experiência brasileira com partidos do campo progressista no mundo todo, destacando como foi possível enfrentar as big techs e organizar a mobilização popular no WhatsApp. O maior legado das eleições brasileiras para o mundo é a demonstração de que é possível derrotar a extrema-direita e o fascismo por meio da participação popular, do voto e da democracia.

PODER

Presidente insistirá em Messias para o Supremo

» RENATO SOUZA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende reenviar ao Senado, ainda neste ano, a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com interlocutores do Planalto, o chefe do Executivo pretende utilizar a força política proveniente da vitória na eleição para aprovar a nomeação do AGU.

A avaliação de Lula é de que a rejeição ao nome de Messias, em abril, não ocorreu por motivos técnicos, mas, sim, políticos, já que ele tem currículo, notável saber jurídico e reputação ilibada para ocupar a vaga. Além disso, o presidente e seus aliados apontam que o AGU demonstrou fidelidade suficiente nas eleições para ter a confiança do governo na condução dos trabalhos como magistrado do STF.

Messias chegou a criar um canal no WhatsApp de "Evangélicos com Lula", que atraiu milhares de pessoas e se engajou nas redes sociais com valores democráticos diante do risco de recrudescimento da soberania nacional.

O chefe do Executivo convidou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para a viagem que fará às Filipinas neste mês. No trajeto, pretende sondá-lo para saber a chance de aprovação de Messias. O senador pode indicar qual é o momento para reenviar a indicação.

A avaliação de aliados de Lula é de que ele deve aproveitar a oportunidade ainda neste ano, antes que assumam os senadores eleitos. Quem está de saída, não pretende usar suas últimas semanas de mandato para atuar contra a promoção de um ministro ao Supremo.

Nos próximos quatro anos, Lula poderá indicar mais três nomes para compor a Corte. Além de Messias, o nome que está cotado é o do senador Rodrigo Pacheco. A outra vaga está sendo ventilada para ser destinada a uma mulher, tendo em vista que, com a aposentadoria da ministra Cármen Lúcia, prevista para 2029, a Corte deixaria de ter uma representante feminina.

Ed Alves/CB/D.A Press



Postulante ao STF, Jorge Messias foi rejeitado pelo Senado em abril

Memória

Rejeitado pela oposição

Em abril, o Senado rejeitou a indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão foi uma derrota significativa ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A decisão interrompeu uma tradição de mais de 130 anos sem recusas a nomes indicados para a Corte.

Para ser aprovado, Messias precisava de ao menos 41 votos no plenário. O governo projetava maioria confortável, mas enfrentava resistência crescente entre senadores. Como a votação é secreta, o placar final contrariou as expectativas: foram 42 contrário a Messias e 34 favoráveis.

A indicação de Messias, feita ainda em novembro do ano passado, foi marcada por impasses entre o Executivo e o Congresso. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), defendia que a vaga no STF ficasse com Rodrigo Pacheco e, por isso, resisitiu ao nome do AGU.

FUGA DO BRASIL

Nos Estados Unidos, Flávio busca protagonismo

» DANANDRA ROCHA

O futuro político do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) nos Estados Unidos passa pela tentativa de ampliar sua interlocução com o movimento conservador americano e preservar influência sobre a oposição brasileira mesmo longe do país. Derrotado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na eleição, o parlamentar, que fugiu do Brasil após perder nas urnas, tem buscado dar visibilidade internacional às suas posições. Ontem, ele participaria de um jantar da Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC), em Mar-a-Lago, na Flórida, propriedade do presidente americano, Donald Trump. A programação previa um discurso dele ao lado do ator Jim Caviezel, que interpreta o ex-presidente Jair Bolsonaro no filme *Dark Horse*.

A participação ocorre pouco mais de uma semana depois de Flávio escapar do país com a família e desembarcar em Miami, em 28 de outubro. Desde então, o senador tem buscado apresentar sua versão sobre a viagem, contestar o resultado eleitoral e explicar como pretende conduzir sua atuação política no exterior. Em entrevista ao jornal americano *The New York Times*, foi questionado sobre as circunstâncias de sua chegada aos Estados Unidos e afirmou que não recebeu ajuda de governos. Também declarou que manterá os detalhes em segredo. "Como cheguei até aqui, levarei isso para o túmulo comigo", disse.

A versão dele contrasta com informações publicadas pelo próprio *NYT*. Segundo o jornal, um funcionário da Casa Branca providenciou o jato particular utilizado no deslocamento até Miami. O *Wall Street Journal* também atribuiu a organização do transporte a Jason Miller, estrategista político ligado a Trump e próximo da família Bolsonaro. Flávio, contudo, afirmou que decidiu viajar com a esposa, e que amigos no exterior apenas acompanharam a iniciativa, sem participar dos preparativos.